



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Aljezur**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidenciam um total de Balanço de 37.470.732,27 euros e um total de Fundos Próprios de 20.030.061,05 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 446.683,12 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Execução Orçamental, que evidenciam um total de 9.102.499,88 euros de despesa paga e um total de 9.034.722,15 euros de receitas cobradas, e o correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7, 8 e 9, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

ly



- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. As demonstrações financeiras do Município foram sujeitas a revisão de contas pela primeira vez em 2014. Por esse facto fica limitada a nossa opinião sobre a comparabilidade da informação financeira relativamente a 2013.

8. Não se encontra ainda concluído o processo de Inventariação do Património do Município e posterior reconciliação com os registos contabilísticos. Pela conclusão deste trabalho poderão resultar ajustamentos materialmente relevantes a nível das rubricas de Balanço, Fundos Próprios e Demonstração de Resultados cujos valores não são quantificáveis.

9. Encontram-se registadas como imobilizado em curso, obras que já se encontram concluídas e em funcionamento. O resultado líquido e os resultados transitados não refletem o reconhecimento das correspondentes amortizações contabilísticas, nem o reconhecimento como proveito da correspondente quota-parte dos subsídios recebidos, registados em Proveitos Diferidos.

Estas situações têm um impacto nas Demonstrações Financeiras, não nos sendo possível quantificar os efeitos.

ay



OPINIÃO

- 10.** Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos **7, 8 e 9**, acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Aljezur**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 11.** É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

- 12.** Sem afetar a nossa opinião, expressa anteriormente, chama-se a atenção para as seguintes situações:

12.1. Conforme descrito no relatório e contas e decorrente da Lei n.º 53/2014, foram reconhecidos neste exercício 486.334,67 euros referentes à contribuição do Município de Aljezur para o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O referido valor será liquidado no prazo máximo de sete anos (artigo 19.º da Lei n.º 53/2014) e não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013. Este valor não é comparável com o exercício anterior, onde esta obrigação não existia.

12.2. Conforme divulgado, na nota 8.2.2 do Anexo às demonstrações financeiras, foi reconhecido pela primeira vez em custos do exercício os encargos relativo às férias e subsídio de férias a pagar aos colaboradores em 2015, mas referente ao exercício terminado a 31/12/2014 no montante de 386.316,95 euros.



Relato sobre outros requisitos legais

- 13.** É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Aljezur, 21 de Abril de 2015

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Miguel

Representada por:
João Miguel Pinto Galvão
ROC N.º587



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

Nos termos dos Artigos 76.º e 77.º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de Aljezur**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

1. Relatório

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos a atividade do Município, tendo recebido dos serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No que se refere ao encerramento do exercício, foi apreciado o relatório de gestão e complementado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras e seus anexos, exigidas por lei, com vista à sua certificação legal.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legas das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

2. Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do **Município de Aljezur**, referentes ao exercício de 2014, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, incluindo as reservas e ênfases constante na Certificação Legal das Contas emitida nesta data.

Finalmente os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer à Câmara Municipal de Aljezur e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Aljezur, 21 de Abril de 2015

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC N.º 587